



*Em ADEs como o SCIA, por enquanto, apenas mato por cortar*

# Expectativa em torno das Áreas de Desenvolvimento

As Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADEs) criadas pelo GDF para a industrialização de Brasília contemplam vários objetivos importantes a um só tempo: aumentarão a economia da capital federal, criando parte dos 150 mil empregos prometidos em campanha pelo governador Joaquim Roriz, e concentrarão mão-de-obra nas cidades do DF - amenizando a pressão sobre o Plano Piloto - entre outros. Ainda é cedo, no entanto, para fazer qualquer prognóstico de sucesso do programa.

## Contratos

Ao todo, foram assinados, na Terracap, 1.030 contratos de concessão de uso de lotes pelas empresas aprovadas pelo Conselho de Política de Desenvolvimento Integrado e Sustentável (CPDI), criado junto com o programa de mesmo nome. No entanto, apenas pequena parte dessas empresas - a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) não sabe precisar quantas - está construindo suas unidades nas ADEs.

As únicas áreas econômicas que apresentam evolução, entre as nove lançadas, são as da Placa da Mercedes (Núcleo Bandeirante), Águas Claras (Taguatinga) e Pólo JK (Santa Ma-

ria). Nessa última, serão concentrados os maiores investimentos. Até agora, foram reservados oito grandes lotes para empresas que prometem gerar 1,1 mil empregos e investir R\$ 70 milhões, como a Adubos Moema - líder em fertilizantes no País -, Cuisine Solutions - joint-venture entre a brasileira Sanoli e uma empresa americana especializada em refeições prontas - e o maior atacadista brasileiro, o Grupo Martins, de Uberlândia (MG).

A demora no desenvolvimento das ADEs acontece muito em função do atraso nas obras de infra-estrutura. De acordo com o presidente da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), Lourival Dantas, o governador Roriz prometeu - durante almoço que tiveram há duas semanas - para maio um grande esforço do GDF para colocar água e energia em todas as áreas.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Lázaro Marques, o governo retomará os lotes de quem não iniciar obras num prazo de 60 dias contados a partir de 23 de março. "Num prazo de 90 a 120 dias, vamos ter o dobro ou o triplo das obras existentes hoje. Quem não construir garante que vai perder o lote", diz Marques. (R.L.)